

Editorial

Por *Jorge Atilio Silva Iulianelli*

Necessita-se de formas de radical promoção [de políticas educacionais] fundadas sobre “processos consultivos e participativos”. Contudo, esta não é uma proposta para avareza e negociações, este é um processo para reiniciar a política desde um diferente cenário de princípios organizativos – não um estágio, senão um abandono da infraestrutura atual da política. O processo político para repensar a educação no século XXI deve estar relacionado às reais necessidades sociais e aos problemas econômicos. Isto será acessível apenas por meio da irrupção do potencial inovador das escolas, dos professores e das comunidades; na medida em que se construa e explore o sentido próprio da expressão “cidadania democrática”; reconstruindo a confiança nos professores e nas escolas (Stephen Ball).

O planejamento educacional em tempos de recrudescimento da globalização neoliberal está no epicentro do desafio da democratização. No Brasil, o cenário político e as injunções da crise macroeconômica global têm feito sentir seus efeitos em todos os campos. A efetivação do Plano Nacional de Educação sofre muitas intempéries. Por isso, a análise do mesmo é parte do controle social necessário ao enfrentamento das ações com vistas à educação de qualidade social, que promova os valores e as práticas dos direitos humanos em sua integralidade, interdependência, indivisibilidade e universalidade, como direitos sociais, econômicos e culturais e ambientais; assim como direitos civis e políticos. Está oferecida às leitoras e leitores uma organização dos artigos de forma a favorecer a conjunção de algumas discussões.

O artigo de abertura oferece uma abordagem internacional e, em seguida, pautamos a distribuição dos demais em conformidade à ordem das metas – embora considerando que apenas algumas delas foram abordadas especificamente. Visando o plano nacional, temos uma leitura da adequação dos planos estaduais, seguimos para análises sobre educação infantil, a questão da diversidade e das diferenças na educação, o tema da educação em tempo integral, a questão da formação de professores e educação superior, e os temas da gestão democrática e do financiamento da educação. Pensamos que essa forma de leitura favorece a quem deseja uma noção de conjunto das análises do plano, ao mesmo tempo em que permite a quem possui interesses específicos identificá-los conjuntamente.

O primeiro artigo, de **Abdejalil Akkari**, da Universidade de Genebra, “La diversidad cultural en una escuela globalizada y sometida a la estandarización internacional: entre indiferencia, neutralidad y valorización” oferece a discussão dos processos internacionais de planejamento educacional. Indica como para os mesmos se apresenta o desafio da diversidade cultural.

Recupera as discussões sobre os conceitos de multiculturalismo, interculturalismo e transculturalismo. Mostra que há uma disputa política em relação a essas concepções; tal disputa vê-se condicionada pelos processos de padronização impostos pelos organismos multilaterais e seus propósitos em relação à educação.

Na sequência, apreciamos a discussão proposta por **Donaldo Belo de Souza**, que oferece uma análise da desconexão entre os planos estaduais e o plano nacional, “Desconexão entre os planos estaduais de educação alinhados ao PNE 2014-2024 e o plano de ações articuladas”. O autor identifica que o próprio PNE 2014-2024 faculta essa falta de articulação relativa à educação básica. Ao analisar 24 planos estaduais de educação, constata que essa desarticulação é menor em relação aos 11 planos estaduais referidos ao PNE 2001-2010. Naquele período, os planos estaduais subordinavam-se ao PAR. Os atuais planos estaduais, no entanto, como o próprio plano nacional não estão articulados em função da promoção da qualidade social da educação, ainda que exista maior menção nos PEEs de conexão ao PAR.

Temos, em seguida, mais uma apreciação sobre a articulação do plano nacional com os planos infranacionais. Trata-se da reflexão proposta por **Flávia Monteiro Araújo** sobre o tratamento no plano municipal de educação de Niterói, em adequação ao PNE 2014-2024, no que tange à universalização da pré-escola, “Universalização da pré-escola: avanços e desafios na implementação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no município de Niterói”.

Mylene Cristina Santiago; Mônica Pereira dos Santos e Sandra Cordeiro de Melo abordam a questão do respeito à diferença e a diversidade neste atual plano educacional. O artigo “Plano Nacional de Educação (2014-2024): considerações omniléticas sobre o patrulhamento ideológico e as diferenças silenciadas” decifra algumas das razões pelas quais os temas da diferença de gênero e das diversidades foram extirpados do PNE 2014-2024, embora constassem em sua formulação original.

Após as considerações sobre o tema da diversidade cultural em relação ao planejamento educacional, e da articulação no PNE 2014-2024 entre o plano nacional e os planos infranacionais, passamos a observar algumas metas específicas. A meta 6 diz respeito a toda a educação básica, e trata especificamente da educação em tempo integral. O texto de **Lúcia Velloso Maurício**, “Condições e interesses pela educação em tempo integral no Brasil”, oferece

uma discussão abrangente sobre os alcances e limites de tal meta, discutindo tanto a questão do acesso à educação quanto o tema do financiamento para tal propósito, dentre outras apreciações críticas em relação à meta. **Ligia Martha Coelho** aborda a meta 6 a partir de uma discussão sobre a função da escola pública, “Plano Nacional de Educação 2014-2024- meta 6: estratégias para qual tempo e qual projeto de sociedade?”. A autora reflete sobre a contradição entre o projeto de sociedade presente e o propósito de tal meta. Por sua vez, em “A Educação de Jovens e Adultos no PNE 2014-2024: entre os ajustes econômicos e os direitos sociais na atual conjuntura de crises no Brasil”, **Marcia Soares de Alvarenga** analisa os limites e as possibilidades das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A autora questiona a consolidação da política no campo da EJA, tendo em vista a recente disputa do poder político e a crise do capitalismo.

No bloco seguinte, inicia-se a apreciação e algumas reflexões sobre o Plano Nacional de Educação e as propostas referidas à formação de professores para a educação básica. Nesta parte, temos o artigo de **Romilda Ens**, “Plano nacional de educação, formação e valorização de professores na escola básica: contradições e impactos”. Nele as metas 15, 16, 17 e 18 são apreciadas. Indica que inexistem solidez em tais metas. Elas atenderiam aos interesses dos organismos multilaterais, ademais considerando o comprometimento do financiamento da educação proposto na meta 20, tudo o mais fica sem condições de atendimento.

José Rubens Lima Jardimino, Isabel Maria Sabino de Farias e Andressa Maris Rezende Oliveri, no artigo “Desenvolvimento de professores de educação básica nos planos municipais de educação: um caso na região dos inconfidentes” consubstancia uma análise do Observatório da Educação – Obeduc. Analisa as metas em relação à formação continuada de professores nos planos municipais de educação de cidades mineiras. Eles analisam a formação continuada como elemento do desenvolvimento profissional docente. Nota que há lacunas em relação a formação continuada específica, em especial, em relação à educação indígena, quilombola e inclusiva.

Laélia Portela Moreira e Helenice Maia analisam dois blocos de metas do PNE 2014-2024 que se referem à formação de professores. As metas de 12-14 e 15-18 referem-se aos profissionais da educação, formação inicial, continuada e valorização profissional. “Formação de

professores e articulação entre teoria e prática no PNE e na discussão brasileira recente”. As autoras analisam a temática da dissociação entre teoria e prática na formação inicial de professores apresentada em periódicos brasileiros, cotejando essa produção com o que propõem as metas e estratégias pertinentes à formação docente.

Passamos daquele bloco sobre formação de professores a uma apreciação sobre a Educação Superior. **Anthone Matheus** e **Wania Gonzalez** analisam as metas 10 e 11 sobre educação profissional e tecnológica em articulação com as metas 12, 13 e 15 sobre educação superior. “A graduação tecnológica na Educação Superior Brasileiro e o PNE 2014-2024” avalia que as metas atuais não consideraram devidamente o fato do crescimento dos cursos de educação superior de formação de tecnólogos. Não se encontram no atual plano educacional do país metas e estratégias para graduação tecnológica, havendo exclusivamente metas e estratégias para os cursos superiores de licenciatura.

Na sequência, abrimos a discussão sobre a gestão democrática, meta 19 do plano. Iniciamos com “A política de gestão educacional da cidade a partir do Plano nacional de educação”, de **Armando Arosa**. O autor indica como o arranjo proposto por gestão democrática está arraigado nas alterações do pacto federativo criadas ao longo da década de 1990. O modelo do plano nacional atual se aproxima do gerencialismo, do mundo da administração privada, uma vez que centraliza decisões, no âmbito federal e customiza procedimentos no âmbito local dos municípios.

“O plano nacional de educação e a implementação do princípio de gestão democrática: possibilidades e contradições”, de **Gilcilene Barão** e **Leandro Gonçalves** afirmam que a gestão democrática se apresenta no plano como um princípio genérico. O fato básico a que atinem é os limites da democracia nas sociedades capitalistas. Discutem ainda como a gestão democrática se apresenta como uma possibilidade para as instituições escolares no Brasil.

Elisângela Bernado e **Armanda Borde**, em “PNE 2014-2024: Reflexão sobre a meta 19 e os desafios da gestão democrática” discute o tema da escolha dos gestores, como um dos elementos da gestão democrática. Oferece uma reflexão que problematiza o modelo de democracia representativa, à base desse procedimento eletivo e discute as possibilidades da democracia participativa nas unidades escolares.

Alzira Batalha Alcântara e **Renata Maldonado da Silva** em “Planos Nacional e Municipais de Educação da Baixada Fluminense (RJ): parcerias entre o público e privado” buscam analisar os sentidos e as implicações das relações entre o mundo público e privado na política educacional, mediante a análise de alguns aspectos do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dos planos educacionais dos treze municípios que integram a Baixada Fluminense aprovados em 2015.

Last but not least, discutimos a meta 20, sobre o financiamento da educação. **Nicholas Davies** avalia em “Desafios do financiamento em planos de educação”, que em sociedades e Estado que não visam ao bem-comum o financiamento da educação não é priorizado. Toma em consideração o dano iminente que haverá para a educação brasileira a aprovação da PEC 241, PES 55, enviado ao Congresso pelo governo Temer, com o indicativo de reajuste fiscal. Segundo o autor, o plano nacional da educação, se for aprovada a PES 55 no Senado, se tornará letra morta.

Esta revista foi fruto de intensa colaboração. Em primeiro lugar, a cooperação valiosa desse conjunto de pesquisadoras e pesquisadores da Educação que atenderam ao convite em submeter suas análises a este número que ora se apresenta para leitura e reflexão. Em segundo lugar, agradecemos as pessoas que foram pareceristas anônimos, prestaram valioso serviço a este número. Também expressamos gratidão a três pesquisadores que foram conselheiros científicos deste número: Inês Bragança, Mônica Pelegrino, Ralph Ings Bannel. A cooperação da editoria central da revista foi imprescindível, com todo cuidado apoiou esse projeto editorial de um número especial da Linha Política, Gestão e Formação de Educadores (PGFE), de nosso Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estácio de Sá, e por isso agradecemos ao Comitê Editorial da revista, que abriu o espaço para a discussão desta temática, e às editoras Mônica Rabello e Stella Pedrosa, pela gentileza, atenção e competência no suporte e apoio.

Esperamos que as leitoras e leitores da Revista Educação e Cultura Contemporânea possam ter o mesmo prazer que nós tivemos ao preparar este número.

Desfrutem, boa leitura!